

DOSSIÊ

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS, COMEMORAÇÕES E REFLEXÕES

A(S) INDEPENDÊNCIA(S) DO BRASIL E SUAS COMEMORAÇÕES: REFLEXÕES SOBRE PASSADO E PRESENTE

THE INDEPENDENCE(S) IN BRAZIL AND THEIR CELEBRATIONS: THOUGHTS
ON PAST AND PRESENT

*Maria Aparecida Silva de Sousa**
*Nora de Cássia Gomes de Oliveira***

RESUMO

O artigo apresenta algumas reflexões sobre o Centenário (1922) e o Bicentenário da Independência do Brasil (2022), com destaque para os respectivos contextos históricos e os desafios postos para a nação brasileira nas distintas temporalidades. Propõe, ainda, pensar como a complexidade do processo de formação do país independente expôs profundos problemas, conflitos e contradições que muito dizem sobre os tempos atuais.

PALAVRAS-CHAVE: *Bicentenário. Centenário. Independência. Nação.*

ABSTRACT

The article reflects on the Centenary (1922) and the Bicentennial of Independence in Brazil (2022) with emphasis on the respective historical contexts and challenges posed to the Brazilian nation in different temporalities. It also proposes to think about how the complexity of formation process of independent country exposed deep problems, conflicts and contradictions that say a lot about the present time.

KEYWORDS: *Bicentennial. Centenary. Independence. Nation*

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA OU A BUSCA DA NAÇÃO MODERNA

Em 1922, o Brasil comemorou o seu centenário da Independência. Foram muitas as atividades planejadas para celebrar a data magna e os preparativos se iniciaram com alguma antecedência. No decreto presidencial n. 4.175, de 11 de novembro de 1920, está dito:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover desde já e conforme melhor convier aos interesses nacionais, a comemoração do Centenário da Independência Política do Brasil, aceitando a cooperação ou concurso de todas classes sociais, observadas as seguintes condições: 1ª Constituição de uma comissão idonea, que

* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: maria.sousa@uesb.edu.br

** Professora da Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ncoliveira@uneb.br

ficará directamente subordinada ao Presidente da Republica, para organizar o programma que resultar do exame e coordenação dos projectos que forem formulados pelos membros e commissões do Congresso, Ministros, Prefeitura do Districto Federal, Estados, municipalidades ou particulares; 2ª Observação do criterio de preferencia para a realização de uma Exposição Nacional na Capital da Republica.¹

Dentre as várias atividades comemorativas, a Exposição, que deveria servir como uma vitrine internacional para “a expressão da vida econômica e social do Brasil”, seria o grande destaque. Para a execução dessas atividades foi investida uma vultosa quantia (cerca de cem mil contos de réis). Além disso, previa-se, o que efetivamente ocorreu, a derrubada do Morro do Castelo, “berço da cidade”, para a construção de pavilhões e palácios que confirmariam o Rio de Janeiro, então capital, como o *locus* da modernidade brasileira pretendida (MOTTA, 1992). Sob vários aspectos, a efeméride do centenário da Independência possuía uma relevância que deveria adquirir ampla visibilidade. Afinal, poucas décadas antes, o país havia ingressado no rol das nações civilizadas depois de abolir a escravidão (1888), derrubar a monarquia e instalar a República (1889). As festividades deveriam, portanto, assinalar a grandiosidade do Brasil, cujo potencial o credenciava no rol das nações modernas (leia-se europeias). Todavia, o que se seguiu na esteira das discussões sobre a nação naquelas primeiras décadas republicanas evidenciou a existência de muitos problemas que obstaculizavam e mesmo colocavam em xeque a efetiva consolidação do ideal nacional pretendido.

De fato, os preparativos para a comemoração do centenário da Independência do Brasil mobilizaram intelectuais, políticos, autoridades e, claro, o governo republicano, implantado poucos anos antes. Para muitos parecia estar claro que cem anos de independência serviriam para renovar o desafio de pensar sobre as razões que serviam de obstáculo à efetiva consolidação da nação brasileira. As desigualdades sociais, fruto de uma profunda concentração de renda e de elevadas taxas de pobreza, a violência, o racismo, a corrupção na política, o atraso econômico, denunciavam que muito pouco havia se modificado desde que a República fora implantada e já não era incomum falas que mostravam um certo saudosismo de um país sob o regime monárquico.

É neste contexto que a intelectualidade dos anos 1920-1930 irá se comprometer com a árdua tarefa de pensar sobre o Brasil e o ser brasileiro na perspectiva da formação da identidade nacional. Dentre os estudiosos se destacam Caio Prado Júnior (1994), Gilberto Freyre (2001) e Sérgio Buarque de Holanda (1969) que, partindo de metodologias e influências diferenciadas abriram, com suas obras, férteis caminhos para as análises posteriores sobre as origens do Brasil. Enquanto Freyre, portador de uma visão regionalista e influenciado pela antropologia cultural, vai enaltecer o processo de mestiçagem na formação do país; Sérgio Buarque, inspirado na sociologia alemã e no historicismo, vai afirmar que os problemas do país eram decorrentes da maneira pela qual ele havia sido colonizado; daí a necessidade de se debruçar sobre as suas origens. Prado Júnior, por outro lado, inaugura uma interpretação da história do Brasil a partir do materialismo histórico, realçando os conflitos entre os grupos sociais e os interesses

¹ Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920. (Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4175-11-novembro-1920-571656-publicacaooriginal-94800-pl.html>). Acesso em 11 novembro 2022

econômicos presentes no processo de exploração pelos colonizadores que demarcaram o “sentido da colonização”.

É certo, como já se afirmou, que as visões desses autores espelham a formação acadêmica e política que tiveram e que seus posicionamentos aparecem por meio e fora das suas obras (J. C. REIS, 2003; ORTIZ, 2012). Nesse sentido, não se pode esquecer, também, as contribuições, principalmente de Capistrano de Abreu (1998), ainda no século XIX, e de Manuel Bonfim (1905), que renovaram os métodos de investigação e interpretação historiográfica no Brasil. O primeiro foi, como ressalta José Carlos Reis (2003, p. 95),

[...] pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, contra o português e o Estado imperial e as elites luso-brasileiras [...]. O conceito de “cultura” substitui o de “raça” e nesse aspecto, ele é precursor de G. Freyre, assim como de Sérgio Buarque de Holanda. Ele valoriza a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato, mais sertanejo do que litorâneo.

E o segundo, um tanto ainda esquecido pelos estudos acadêmicos, deve ser lembrado como crítico ferrenho às teorias racistas de branqueamento vigentes em fins do Oitocentos e defensor da educação como saída para a emancipação das classes oprimidas.

Em síntese, é possível afirmar que as problemáticas políticas, sociais, econômicas que assolavam o país naquelas primeiras décadas republicanas balizaram as questões postas pelos estudiosos: que país é este? Como ele se originou? Quais as suas potencialidades e o que poderemos vir a ser?

Mas os intelectuais não foram os únicos a assumir a tarefa de pensar novos projetos para o Brasil ou de expor suas demandas diante das insatisfações com o rumo dos acontecimentos. Naquele 1922, outros eventos movimentaram o cenário político do país. Por exemplo, as revoltas tenentistas, que se iniciaram em março e abririam um leque de manifestações do campo militar que se estenderia pelos anos seguintes; a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), na esteira dos desdobramentos da Revolução Russa de 1917 e da implantação da III Internacional Comunista, evento que se tornou um marco nas disputas políticas e na organização dos trabalhadores; e, no campo da cultura, a realização da Semana da Arte Moderna, que reuniu artistas dispostos a criar novas concepções, cujas propostas tiveram ressonância não apenas no eixo Rio-São Paulo, como também em outras partes do país, e mesmo em outras regiões como o continente africano. Ao propor uma reflexão sobre o Brasil por meio de diversas linguagens (pintura, escultura, música, literatura etc.), os participantes do evento, de modo geral, mostravam-se inquietos quanto ao entendimento da nacionalidade brasileira num país tão vasto e preñado de diferenças regionais (VENTURA, 2022).

Ademais, não se pode esquecer que, poucos anos antes, entre 1918 e 1919, o país havia enfrentado a gripe espanhola. Tratada inicialmente com descaso pelas autoridades e pela imprensa, “em tom de pseudocientificidade”, a epidemia ceifou milhares de vidas, principalmente no Rio de Janeiro, em virtude da ausência de uma estratégia previamente montada para acudir a população (GOULART, 2005). O mundo havia enfrentado a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o Brasil se ressentia de uma profunda crise econômica, sobretudo com a queda no preço do café, seu principal produto na balança

de exportação. Ainda com uma indústria incipiente, o movimento operário começava a dar os seus primeiros passos, com a eclosão de várias greves, com a intensificação da luta e a mobilização dos trabalhadores pela conquista e garantia de direitos. A bem dizer, o centenário da Independência do Brasil foi realizado em uma conjuntura de grande instabilidade política, cenário bastante desfavorável para a população desassistida do país, que ansiava pela inclusão no projeto de nação moderna.

O BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA OU A NAÇÃO EM CRISE

Em 2022 o Brasil comemorou o seu bicentenário da Independência. Ao analisarmos as condições para a organização dos festejos, notam-se muitas discrepâncias quando comparadas com as efemérides de cem anos antes. Enquanto os preparativos para o centenário se iniciaram com antecedência e uma intensa mobilização tinha sido registrada em distintos segmentos sociais que buscavam compreender o Brasil de então, o que se viu em 2022, em grande medida, foi a negligência do governo federal, que até bem pouco antes da data não apresentou nenhuma proposta mais consistente sobre a linha de abordagem da programação a ser adotada. E, como não poderia deixar de ser, considerando os posicionamentos políticos assumidos, a página oficial criada pelo governo para informar sobre as atividades comemorativas apresentava uma concepção de história na qual o processo de Independência aparece marcado por uma interpretação linear, desprovido de conflitos, com ênfase nos personagens que adquiriram o *status* de heróis e em datas consagradas, evocadas para sintetizar os grandes acontecimentos históricos que devem permanecer gravados nas mentes e nos corações dos cidadãos brasileiros. A proposta governamental, a espelhar fielmente o pensamento político dos mandatários do poder, apresentava uma visão muito diferente do que tem sido arduamente pesquisado por historiadores há algumas décadas.

No que diz respeito ao projeto de uma nação verdadeiramente republicana, pensada por alguns cem anos antes, este teria se concretizado? Não restam dúvidas de que muita coisa mudou entre uma comemoração e outra. O Brasil deixou de ser uma economia sustentada basicamente pela produção agrícola, alguns setores da indústria foram modernizados e a população aumentou de maneira considerável. De cerca de 30 milhões de habitantes, em 1922, estimava-se, em 2022, que essa população estivesse em torno de 203 milhões, em sua grande maioria residindo nas cidades; as mulheres adquiriram o direito ao voto em 1932 e, em 1985, esse direito foi estendido aos analfabetos; uma ampla rede de comunicação foi instalada em todo o país, encurtando as distâncias entre as regiões; diversas universidades e centros de pesquisa foram criados, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas em várias áreas do conhecimento. Do ponto de vista político, o país atravessou períodos de turbulências e conflitos entre os anos 1964-1985, período em que uma violenta ditadura civil-militar estabeleceu rígidas medidas de perseguição, tortura e morte aos opositores do regime ditatorial. A retomada das liberdades democráticas se fez acompanhada do fortalecimento da organização dos movimentos sociais e dos trabalhadores e, no início do século XXI, o Brasil parecia recuperar a proposta liberal de uma nação

moderna e mais inclusiva, mesmo com muitas limitações. Todavia, os acontecimentos políticos registrados em 2018 evidenciaram o quanto as conquistas adquiridas tinham de fragilidade. A crença em uma nação mais coesa e fortalecida se desfez, antes mesmo de adquirir concretude, e vieram à tona problemas que não tinham sido sanados e que remetiam a um passado distante, às origens do Estado nacional brasileiro no Oitocentos.

Quando José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, por ocasião da Assembleia Constituinte convocada por D. Pedro I, escreveu uma representação na qual externava suas preocupações sobre as dificuldades para a criação da nação, sobretudo no que se referia aos entraves decorrentes do expressivo número de escravizados, observou que era necessário

[...] ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil, cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política (DOLNIKOFF, 1988, p. 48-49).

O experimentado político sabia exatamente o que estava dizendo. As marcas profundas deixadas pelo processo de colonização portuguesa – uma complexa e ampla rede de exploração econômica, sustentada na mão de obra de escravizados indígenas e maiormente de africanos, contando com uma presença expressiva de homens pobres livres e com uma classe proprietária ciosa de seus privilégios – legou um mosaico nem sempre fácil de ser apreendido, no sentido dos desafios para a construção do Estado e da identidade nacional brasileiros no século XIX.

As diferenças não estavam apenas no âmbito das origens raciais dos colonizados, do seu estatuto jurídico (livre, liberto, escravizado) ou da condição econômica, mas também de distintas formas de apropriação do território colonial, que geraram um complexo heterogêneo no interior da América portuguesa. No início dos anos 2000, István Jancsó e João Paulo Pimenta analisaram com rigor a questão e apontaram como as diferentes partes que compunham esse todo, e cuja unidade era garantida pelo Estado monárquico português, foram corroídas com o impacto da crise que se estabeleceu no mundo Ocidental, na virada do século XVIII para o Oitocentos. Na esteira das revoluções impulsionadas pelo ideário liberal, novos conceitos foram incorporados pelos habitantes de diferentes partes do reino luso-americano e, particularmente, por todo o mundo ibérico (JANCSÓ; PIMENTA, 2000). Termos como pátria, nação, patriotismo, liberdade, representatividade, soberania foram dimensionados, ampliando os novos espaços de experiência vivenciadas no decorrer das lutas pela Independência, que foram impulsionadas a partir da Revolução do Porto (1820) e das medidas tomadas pelas cortes portuguesas, que pretendiam a regeneração da nação portuguesa com o estabelecimento de uma monarquia constitucional. As decisões sacudiram as estruturas políticas das províncias do aquém-mar, ampliando o debate e os conflitos que envolviam não apenas portugueses europeus e americanos, mas também as classes despossuídas, nas quais os negros, escravizados ou não, ganharam destaque.

Na Bahia, por exemplo, uma violenta crise política ocorrida entre os anos de 1821 e 1823 culminou numa guerra envolvendo a disputa entre as cortes portuguesas para assegurar o domínio da província e o projeto capitaneado por d. Pedro após este ter se decidido por romper com Portugal. O conflito militar, que durou pouco mais de um ano (entre junho de 1822 e julho de 1823), trouxe à tona não somente as divergências entre os defensores das cortes e os seus adversários, mas também os desejos de mudanças de uma expressiva população negra que não estava alheia aos desdobramentos da crise e às suas possibilidades de intervenção. Em artigo recente, João José Reis (2022) retomou a análise atentando para o receio que as classes proprietárias tinham da movimentação dessas pessoas tidas como “as mais perigosas”, seja por sua superioridade numérica, seja pelas razões que tinham para tentar interferir no rumo dos eventos. Não à toa, em documentos da época aparece a referência sobre a existência de um “partido negro”. João José Reis mostra que, no decorrer da guerra, ocorreram revoltas ou tentativas de sublevação de escravizados, com violenta repressão por parte das autoridades. Fugas e alistamento no Exército Pacificador, organizado para expulsar as tropas portuguesas da capital, Salvador, foram outras formas de resistência utilizadas. Alforrias também foram concedidas por alguns senhores em reconhecimento aos serviços prestados pelos escravizados durante a guerra, que se aproveitaram da crise para negociar sua liberdade. Alguns desses senhores concederam alforrias por lhes servirem bem durante a guerra e não por servirem na guerra” (J.J. REIS, 2002, p. 91). Como o autor ressalta, muito provavelmente existe uma documentação nos arquivos que poderá ampliar a pesquisa sobre o protagonismo dos escravizados naqueles anos.

Maria Januária Vilela Santos, anos antes, havia observado o envolvimento dos escravos no processo de emancipação política do Maranhão. Todavia, ressalta que essa participação se dava em razão da liderança dos senhores, o que não impedia que os escravos esperassem alguma compensação, nem sempre obtida. Destaca Santos (1983, p. 58): “O certo é que o ideal da Independência proporcionou ao escravo maranhense possibilidades de luta e de fuga: numerosas fugas registraram-se nas fazendas, muitos negros envolvidos nas lutas não voltaram aos seus senhores e outros pediram asilos nos navios ingleses”. A autora ressalta, ainda, que muito dessa dinâmica dos escravos seria projetada nos anos seguintes, nas revoltas ocorridas na província, especialmente no decorrer da setembrada (1831) e da Balaiada (1838-1841), esta última foco do seu trabalho.

A rigor, os estudos sobre as formas de participação das classes populares no processo de Independência ainda estão para ser feitos. Algumas tentativas nesse sentido têm revelado o esforço, por parte dos historiadores, de destacar um comportamento rebelde que exigiu das autoridades e do governo medidas severas de controle (KRAAY, 2002, 2006; GUERRA FILHO, 2004). Outras pesquisas recentes mostram um esgarçamento do espaço público que, em decorrência da própria crise, impulsionou a participação e discussão política por parte de indivíduos que, até então, se encontravam distanciados dessa prática. Novas ideias, comportamentos e interesses foram suscitados em virtude de uma conjuntura que colocava as possibilidades de uma relação distinta do indivíduo com o Estado e na qual a imprensa vai desempenhar um papel de destaque, conforme já assinalado por alguns historiadores (MOREL, 2016;

NEVES, 2002). Ao discutir sobre a difusão de uma nova cultura política no Brasil em princípios do século XIX, Maria Lúcia Neves afirma: “Permeando todo o debate sobre o liberalismo, nesse novo momento em que a política se tornava pública, evidencia-se a preocupação em formar uma opinião pública, por parte da elite intelectual, especialmente dos autores de folhetos e jornais” (NEVES, 2002, p. 56). A autora chama a atenção, ainda, para o cuidado de não “atribuir à ideia de opinião pública a concepção de uma pluralidade de indivíduos que se exprimem em termos de aprovação ou sustentação de uma ação, servindo de referencial a um projeto político definido, com o poder de alterar os rumos dos acontecimentos” (NEVES, 2002, p. 56).

Sem desconsiderar a força e o impacto que as alterações políticas naqueles anos de 1821-1823 tiveram em diferentes partes do reino luso-americano, é necessário aprofundar as pesquisas sobre o tema que nos permitam uma análise mais detida sobre as intervenções das camadas mais baixas da população, para além do que poderia ser considerado como apoiadores dos projetos políticos levados a cabo pelas classes proprietárias em defesa de uma nova ordem constitucional. Qual a percepção que esses indivíduos tinham sobre as mudanças políticas na época? Como manifestaram suas expectativas de aprofundamento dessas alterações? Que projetos políticos de autonomia foram formulados (ou não) naquela conjuntura? Caio Prado Júnior vê o processo de Independência do Brasil desprovido da participação popular: “fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política”. A sua observação vai no sentido de que não existia à época um sentimento de unidade nacional que impulsionasse o rompimento dos laços com Portugal: “A Independência é fruto mais de uma classe do que da nação tomada em conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 50).

A Independência do Brasil foi bastante complexa e envolveu interesses econômicos e políticos poderosos das classes proprietárias dos dois lados do atlântico. Mas, na esteira dos confrontos, alianças e negociações entre aqueles que tentavam assegurar e ampliar os seus privilégios, o que se viu foi uma ampla mobilização de outros segmentos sociais que, no contexto da crise, manifestaram alguma expectativa de mudança. Até que ponto estas possibilidades de intervenção favoreceram a proposição de alternativas que não estavam inscritas nos limites das classes proprietárias é algo a ser verificado com mais vagar. A historiadora Isabel Lustosa reconhece que as diversas agitações e guerras contaram com a participação popular, mas esses conflitos envolviam interesses das elites locais e, no caso das províncias em guerra, comandantes mercenários contratados por d. Pedro fizeram uso de extrema violência para concretizar a adesão das províncias ao projeto de Independência. O povo não tinha consciência sobre o país, diz Lustosa (2021), corroborando a afirmação de Neves, para quem “ainda que houvesse a preocupação em instruir o povo nas novas práticas políticas, com o intuito de didaticamente transformá-lo em um conjunto de cidadãos, eram as elites que constituíam o público real desses jornais e folhetos e foi entre suas diversas facções que se jogaram o destino da independência” (NEVES, 2002, p. 57-58). Mas, certamente, a ocupação do espaço público por pessoas tidas como “indesejáveis” forneceu um aprendizado político importante para futuras mobilizações.

Nessa direção, se é difícil mensurar a autonomia das classes populares nas lutas pela Independência, isso se dissipa nas décadas seguintes ao estabelecimento do Império do Brasil. O agravamento e a intensificação dos variados conflitos que ocorreram em diversas províncias, até pelo menos meados do século XIX, indicam não apenas insatisfação e radicalidade em alguns casos, como também as estratégias utilizadas pelo Estado monárquico para fazer valer a unidade nacional, nas quais o uso da violência – de maneira pedagógica – sobressai. Marcello Basile (2009), ao analisar o período de convulsões políticas que assolaram o Estado Imperial no período regencial (1831-1840), destaca que muitas das revoltas ocorridas no período permanecem ainda pouco conhecidas uma vez que os estudos se concentram, em sua maioria, sobre aquelas que tiveram uma maior amplitude, como a Farroupilha, a Sabinada, a Cabanagem etc. Para o autor, várias manifestações, embora mais modestas, “foram bem mais numerosas e disseminadas pelo império, causando, no conjunto, impacto quase tão profundo quanto o das grandes revoltas” (BASILE, 2009, p. 58).

A análise sobre algumas dessas revoltas, ocorridas em várias províncias do Império do Brasil, é o objetivo dos autores que integram o livro *Revoltas, motins, revoluções: homens livres e libertos no Brasil do século XIX*, organizado pela historiadora Mônica Dantas e lançado em 2011. Os artigos publicados revelam uma sociedade Oitocentista bastante fragmentada, na qual os segmentos marginalizados, homens pobres livres ou “gente do comum”, como eram chamados, escravizados, libertos e indígenas, em variados momentos e com uma participação expressiva, forcejaram propostas de alteração das condições às quais estavam submetidos. A radicalidade e a ousadia serviram como motivações para a repressão violenta que se abateu sobre eles. A consolidação e integração do Império, por volta dos anos 1850 e após a repressão aos praieiros, em Pernambuco, se daria mediante o uso da força (DANTAS, 2011). Desse modo, para além de uma data no calendário oficial que celebra a Independência do Brasil, e que naquela época não teve nenhuma ressonância dada a dimensão das convulsões políticas, a formação do Estado nacional brasileiro foi um processo vagaroso, conflitivo e com o uso de muita violência.

As comemorações do bicentenário da Independência ocorreram em um cenário de muitos desafios para os brasileiros. A despeito das mudanças positivas que o país vivenciou, ainda permanecemos com uma desigualdade econômica e social extrema, a violência contra as populações periféricas e indígenas, o racismo, a concentração de renda, o desrespeito à coisa pública, a degradação do meio ambiente, a desumanização e o desprezo pela vida são heranças muito evidentes que estimulam a reflexão sobre os rumos da nação na atualidade. Como mencionado, a efeméride ocorreu sob fortes disputas acerca do conteúdo e do significado da Independência, entendida hoje pelos estudiosos como resultado de variadas experiências políticas decorrentes dos acontecimentos críticos ocorridos nos anos 1820. Daí se falar em Independências. A partir do esforço coletivo de historiadores, das instituições e de organizações acadêmicas, um amplo debate se instaurou sobre os 200 anos da nação brasileira e os significados da sua comemoração. Uma nação que se encontra fracionada, em crise, cujas incertezas

quanto ao seu futuro não podem ser menosprezadas, seja pelos muitos problemas internos, seja pelas próprias circunstâncias históricas do mundo contemporâneo.

Todavia, acreditamos que, enquanto estudiosos do movimento da história, conhecer o passado é uma ferramenta poderosa para a construção de possibilidades de mudança do presente. Falar em comemorações é falar de memória, de lembranças, mas também dos (muitos) esquecimentos forjados por aqueles que receiam o descortinamento do que não é para ser conhecido. Já dizia o historiador Jacques Le Goff (2008, p. 422): “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Nesse sentido, a pesquisa histórica adquire uma importância fundamental, sobretudo quando põe a nu as contradições e as complexidades do processo que podem contribuir para pensar historicamente sobre a formação da nação e os seus males de ontem e de hoje.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BASILE, M. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, K; SALLES, R. (org.). *O Brasil imperial*, v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53-119.

BONFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1905

DANTAS, M. D. (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

DOLNIKOFF, Mirian. *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOULART, A. da C. *Revisitando a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Wkqm45R4ptVzTqSpKxJhfRh/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GUERRA FILHO, S. A. D. *O povo e a guerra*. Participação das camadas populares nas lutas pela Independência da Bahia. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*, v. 21, p. 389-440, 2000.

KRAAY, H. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o “recrutamento” de escravos na guerra de independência no Brasil, 1822-1823. *Revista Brasileira de História*, v. 22, p. 109-126, 2002.

KRAAY, H. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas

(Bahia, 1820-1825). In: Jurandir Malerba (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006, p. 303-341.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

LUSTOSA, I. Em 1822, o povo mal ouviu falar da Independência do Brasil. *Folha de São Paulo*, 9 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/em-1822-o-povo-mal-ouviu-falar-da-independencia-do-brasil.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MOREL, M. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOTTA, M. S. da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1992.

NEVES, L. M. B. P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. *Caderno Cedes*, v. 22, n. 58, p. 47-64, dez. 2002.

ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, J. J. Rebeldia, negociação, desencanto: negros na Independência na Bahia. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação* (SESC-SP), n. 15, p. 78-102, dez. 2022. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/revista-do-centro-de-pesquisa-e-formacao-no-15-dossie-a-outra-independencia/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

SANTOS, M. J. V. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

VENTURA, A. *Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922*. Belo Horizonte: Fundação Clóvis Salgado, 2022. Disponível em: <https://fcs.mg.gov.br/centenario-da-semana-de-arte-moderna-de-1922/>. Acesso em: 20 out 2022

Data de aprovação: 14/07/2023
Copyright (c) 2023 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)